

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2025

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

I - DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. OBJETO

Aquisição de materiais de higiene e limpeza, copa e cozinha, para uso nas Estratégias de Saúde da Família, Unidade Central, Vigilância Epidemiológica, Vigilância Sanitária, Centro de Atenção Psicossocial, Farmácia Municipal e Setor Administrativo, sob coordenação da Secretaria Municipal de Saúde, deste Município, conforme as seguintes especificações:

Item	Quant.	Unidade	Descrição
1	200	Unidade	ÁGUA SANITÁRIA Embalagem de 5L. Princípio ativo, hipoclorito de sódio a 2.0 – 2.5% 100 – 250ppm. O cloro ativo da fórmula deve eliminar 99,99% dos germes, bactérias, fungos e vírus de todas as superfícies. Possuir eficiência até na higienização de frutas, verduras e legumes e ser imbatível no combate à larva do mosquito <i>Aedes aegypti</i> . Deve apresentar data de fabricação e validade e nº de lote. A base de cloro. Com selo do Inmetro.
2	500	Unidade	ÁLCOOL ETÍLICO 70º Em frasco de 1 litro. Líquido, incolor. Com selo do Inmetro.
3	60	Unidade	AMACIANTE DE ROUPAS 2L. Em embalagem 2 litros. Composição: Tensoativo Catiônico, Espessante, Sequestrante, Agente controlador de pH, Conservantes, Corante, Fragrância e Água.
4	40	Unidade	BALDE PLÁSTICO 20 LITROS Dimensões aproximadas 35 cm x 34 cm. Material: Plástico polipropileno. Com alça de metal. Com selo do Inmetro. Serão toleradas variações (para mais ou para menos) de até 2% nas dimensões do produto.
5	30	Unidade	BARBEADOR DESCARTÁVEL Com duas lâminas de aço inoxidável paralelas, isenta de rebarbas e sinais de oxidação ou qualquer outro defeito, com cabo antideslizante. Com medidas mínimas de 10 cm x 4 cm (A x L).
6	700	Pacotes	COPO PLÁSTICO C/ 100 UNIDADES Copo de poliestireno de alta qualidade para água, produto não perecível e não tóxico, descartável, espessura entre 0,51 mm a 0,54 mm, com capacidade para 200 ml. Em pacotes com 100 unidades.

Doe órgãos, doe sangue: **SALVE VIDAS!**

7	200	Unidade	<p>DESINFETANTE 02 L</p> <p>Desinfeta, desodoriza, limpa e perfuma, inibe proliferação de microrganismos causadores de maus odores, deixa um agradável perfume que permanece após a aplicação do produto. Bactericida, germicida, elimina 99% dos germes. Embalagem de 2 litros. Nas fragrâncias: floral, talco.</p>
8	180	Caixa	<p>DESODORIZADOR DE AMBIENTE</p> <p>Em caixa com 12 unidades. Desodorizador de ar, aromatizante de ambientes em geral, Aromas: lavanda, neutra fresh, manhã do campo. Aerosol, biodegradável. Validade, impressa na embalagem, mínima de 12 meses anos a partir da entrega. Embalagem unitária de 360 ml. Ingredientes ativos: Cloreto de alquil dimetil benzil amônio e cloreto de alquil dimetil etil benzil amônio 0,07%. Composição: Ingrediente ativo, solubilizantes, coadjuvantes, perfume e butano/propano.</p>
9	550	Unidade	<p>DETERGENTE LÍQUIDO 500ML</p> <p>Neutro, fórmula concentrada, para lavagem de utensílios de copa e de cozinha. Embalagem com 500 ml, com dados do fabricante, data de fabricação e prazo de validade mínima de cinco meses.</p>
10	60	Unidade	<p>ESCOVA PLÁSTICA</p> <p>Escova para limpeza sanitária, com cerdas de nylon, com suporte de plástico, com medidas aproximadas de 8 cm de largura x 32 cm de comprimento. Serão toleradas variações (para mais ou para menos) de até 2% nas dimensões do produto.</p>
11	40	Unidade	<p>ESCOVINHA</p> <p>Escovinha de limpeza geral multiuso com alça. Tamanho aproximado de 04 cm de altura x 03 cm de largura x 10 cm de comprimento. Serão toleradas variações (para mais ou para menos) de até 2% nas dimensões do produto.</p>
12	200	Unidade	<p>ESFREGÃO</p> <p>Tipo MOP industrial. Características: regulável, higiênico e confortável. Cabo: em alumínio anodizado, torcível no próprio cabo, sistema de auto torção. Refil: 60% de algodão e 40% poliéster. Comprimento aproximado (m): 1,10 (fechado) e 1,60 (aberto), com variação de 20 cm. Dispensa balde.</p>
13	150	Unidade	<p>ESPONJA DE LIMPEZA DUPLA FACE MULTIUSO</p> <p>Manta não tecido, de fibras sintéticas, unidas com resina a prova d'água, impregnada com mineral abrasivo e aderida a espuma de poliuretano com bactericida. Propriedades físicas: Dimensões (mm):</p>

Doe órgãos, doe sangue: **SALVE VIDAS!**

			110 x 75 Espessura (mm): 20 a 25 Peso (g/peça): 8 a 9 Cor: Amarelo (espuma) e verde (fibra). Serão toleradas variações (para mais ou para menos) de até 2% nas dimensões do produto.
14	80	Unidade	FLANELA Composição: 100% Algodão Tamanho: 38 x 58 cm (Unidade). Serão toleradas variações (para mais ou para menos) de até 2 cm nas dimensões do produto. Flanela de qualidade, não mancha e não solta pelos
15	06	Unidade	HIGIENIZADOR HOSPITALAR De uso para limpeza e higienização de superfícies em geral. A base de peróxido de hidrogênio. Produto deve ser altamente concentrado e possuir limpadores alcalinos. Em embalagem resistente que apresente lote, fabricação, validade e registro na ANVISA. Em galão de 5 litros.
16	40	Unidade	INSETICIDA AEROSOL Multi-inseticida de ação rápida. À base de água. Mata diversos tipos de insetos: mosquitos, pernilongos, moscas, baratas, aranhas e pulgas. Frasco de no mínimo 300 ml.
17	50	Unidade	ISQUEIRO Grande (8 CM), acende 3.000 vezes, selo holográfico do INMETRO que garante originalidade, qualidade e segurança.
18	150	Unidade	LIMPA VIDRO Limpador de vidros líquido, com pulverizador em gatilho, que contenha em sua formulação Lauril Éter Sulfato de Sódio, tubo com 500 ml.
19	80	Par	LUVA LÁTEX SEM FORRO TAMANHO G Luva em borracha látex – Amarela
20	100	Par	LUVA LÁTEX SEM FORRO TAMANHO M Luva em borracha látex – Amarela.
21	100	Par	LUVA LÁTEX SEM FORRO TAMANHO P Luva em borracha látex – Amarela.
22	50	Unidade	PÁ DE MÃO PARA LIXO Confeccionada em plástico resistente, com perfil em borracha. Tamanho aproximado: 5 cm de altura e 29,5 cm de largura.
23	150	Unidade	PANO DE CHÃO Tecido atalhado, macio, absorvente e resistente. Tamanho aproximado de 120cm x 50cm. Com no mínimo, 90% algodão.
24	80	Unidade	PANO DE PRATO

Doe órgãos, doe sangue: **SALVE VIDAS!**

			Tecido atalhado felpudo, grosso, resistente, com estampas diversas, 100% algodão, acabamento em bainha com costura reforçada, tamanho aproximado de 40 cm x 75 cm.
25	500	Pacote	PAPEL HIGIÊNICO Folha dupla, neutro, absorvente, 30m x 10cm, extra branco, picotado, extra maciez, não reciclado, com 12 rolos em cada pacote.
26	1000	Pacote	PAPEL TOALHA Cor branca, 100% celulose não reciclada, pacote com 1.000 folhas. Papel macio e absorvente. Papel interfolha com duas dobras. Tamanho aproximado 23 x 21 cm.
27	300	Caixa	PASTILHA ADESIVA Pastilha adesiva sanitária, om função higienizante, perfumes diversos, intensos e duradouros (caixa com 3 pastilhas).
28	120	Unidade	PROTETOR SOLAR FPS 60, no mínimo 120 ml. Para proteção contra raios UVA e UVB. Dermatologicamente testado, hipoalergênico, resistente à água e ao suor, registrado na Anvisa. Validade de 12 meses.
29	120	Unidade	REPELENTE Repelente com alta eficácia contra picada de insetos transmissores de doenças, com até 10 h de proteção diária, spray ou aerossol, 200 ml, validade mínima de 01 ano.
30	60	Unidade	RODO Rodo de borracha dupla, material do suporte de madeira ou plástico, comprimento do suporte 30 cm, com cabo de madeira ou metal revestido em plástico, com rosca para fixação no suporte, mínimo de 120 cm de comprimento.
31	400	Unidade	RODO ABRASIVO Esponja C/cabo Limpa Piso E Azulejo Manual - Material da esponja de limpeza: esponja abrasiva Superfície de limpeza: Pisos e azulejos Tipo de abrasão: Remoção de resíduos Tipo de esponja de limpeza: Multiuso Com cabo: Sim. Altura da esponja: 2.5 cm Cabo 1,10m Comprimento da esponja: 24cm. Serão toleradas variações (para mais ou para menos) de até 2% nas dimensões do produto.
32	300	Unidade	SABÃO EM BARRA Em barra de 400 gramas. A base de ácidos graxos de gordura animal, neutralizante, corante, fragrância e água.
33	200	Unidade	SABÃO EM PÓ (espumante, multiação) de 1ª qualidade, pacote plástico de 1kg, limpeza profunda, tira manchas. A embalagem deverá conter

Doe órgãos, doe sangue: **SALVE VIDAS!**

			externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.
34	180	Unidade	SABONETE LÍQUIDO Com glicerina, cremoso, com fórmula suave que não resseque a pele, com óleos essenciais, sem parabenos, embalagem de 2 litros, com fragrância agradável e duradoura de lavanda, amêndoas, macadâmia ou algodão. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde.
35	100	Pacote	SACO DE LIXO 100 L Saco de lixo na cor preto, de 100 litros, grosso reforçado, espesso (não translúcido), com capacidade de carga de até 30 kg, resistente a perfurações. Confeccionado dentro das normas ABNT NBR 9191/2008. Pacote com 100 unidades cada.
36	200	Pacote	SACO DE LIXO 30 L Na cor preto, com no mínimo 8 micras, com medidas mínimas de 59 cm x 62 cm. Confeccionado dentro das normas ABNT NBR 9191/2008. Pacote com 100 unidades.
37	180	Pacote	SACO DE LIXO 50 L Na cor preto, com no mínimo 10 micras, com medidas mínimas de 63 cm x 80 cm. Confeccionado dentro das normas ABNT NBR 9191/2008. Pacote com 100 unidades.
38	70	Rolo	SACO PLÁSTICO PARA EMBALAR ALIMENTOS 5 KG Com capacidade para 05 litros. Embalagem para freezer e micro-ondas. Tamanho 28CM X 40CM. Serão toleradas variações (para mais ou para menos) de até 2 cm nas dimensões do produto. Quantidade: 100 unidades cada rolo.
39	150	Unidade	SAPONÁCEO LÍQUIDO Embalagem de 300 ml. COMPOSIÇÃO - Dodecil benzeno sulfonato de sódio, álcool graxo etoxilado, sabão, coadjuvante, agente polidor, antiespumante, preservante, corante, perfume e água.
40	100	Unidade	VASSOURA DE CERDAS PLÁSTICAS Vassoura de cerdas plásticas, com plumagem densa e firme para limpeza de sujeiras mais incrustadas. Cerdas de no mínimo 11 cm. Cabo com comprimento de no mínimo 120 cm.
41	60	Unidade	VASSOURA DE PALHA Vassoura com cerdas de palha, cabo em madeira, comprimento aproximado das cerdas de 60 cm e tamanho mínimo do cabo de 120 cm.

Doe órgãos, doe sangue: **SALVE VIDAS!**

1.2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

1.2.1. O prazo de vigência da contratação é até 31 de dezembro de 2025, prorrogável na forma do art. 107, da Lei nº 14.133/2021.

1.3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/ SERVIÇOS

1.3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens ou serviços comuns (art. 6º, inciso XIII Lei nº 14.133/2021) cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

II - DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

2.1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A aquisição dos materiais de higiene e limpeza é fundamental para assegurar o funcionamento regular e ininterrupto dos serviços de saúde municipais, evitando a paralisação ou o comprometimento das atividades assistenciais por falta de insumos básicos.

Esses materiais são utilizados diariamente nas rotinas de limpeza, desinfecção e assepsia de consultórios, salas de espera, sanitários, enfermarias, áreas administrativas e demais dependências. O uso adequado desses insumos é indispensável para a prevenção de infecções relacionadas à assistência à saúde (IRAS), contribuindo diretamente para a segurança de pacientes, servidores e usuários dos serviços públicos.

A higienização correta dos espaços físicos é condição essencial para o cumprimento das boas práticas sanitárias e hospitalares, sendo exigência constante dos órgãos de vigilância. Além de atender a critérios técnicos, a limpeza adequada promove ambiente de trabalho seguro e confortável, refletindo na qualidade do atendimento e na imagem institucional da administração pública.

III - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução proposta consiste na abertura de processo licitatório para aquisição de materiais de higiene e limpeza, copa e cozinha, destinados para a utilização nas Estratégias de Saúde da Família, Unidade Central, Vigilância Epidemiológica, Vigilância Sanitária, Centro de Atenção Psicossocial, Farmácia Municipal e Setor Administrativo da Secretaria Municipal de Saúde.

IV - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os bens a serem adquiridos têm natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021. Os eventuais interessados deverão comprovar que atuam no ramo compatível com a licitação.

Doe órgãos, doe sangue: **SALVE VIDAS!**

O prazo de entrega dos produtos licitados deverá ser de até 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da requisição de despesa.

Os produtos deverão ser entregues, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, no endereço: Avenida Uruguai nº 679 – Centro, na Secretaria Municipal de Saúde, aos cuidados do servidor designado.

A entrega deverá ser, em dias úteis, no horário das 8h às 11h e das 13h30min às 16h30min.

V - DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Os produtos deverão atender as especificações e serem entregues em um prazo máximo de 15 (quinze) dias, após a emissão da solicitação de mercadoria, em dias úteis, no horário das 8h às 11h e das 13h30min às 16h30min, podendo ser solicitados de forma parcial, e depositados junto à Secretaria Municipal de Saúde, no seguinte endereço: Avenida Uruguai, nº 679, Centro.

Deve ser feito contato com a Secretaria Municipal de Saúde para agendamento da entrega.

É de responsabilidade da Adjudicatária/Contratada a entrega do objeto no endereço indicado.

O Município poderá, no interesse público, adquirir quantidades inferiores às licitadas.

Após a assinatura do Contrato, a Adjudicatária/Contratada fornecerá os produtos ora licitados de acordo com as Requisições de Entrega de Mercadorias.

Na Requisição de Entrega de Mercadorias constarão os itens solicitados e a quantidade respectiva, devendo o licitante contratado deixar os produtos solicitados à disposição do Município, no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

5.2. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5.2.1. DO PRAZO: Prazo de entrega de até 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da requisição de mercadorias, que será enviada por e-mail ou outro meio de contato que tenha sido previamente disponibilizado pela ADJUDICATÁRIA.

5.2.2. LOCAL: Avenida Uruguai, nº 679, Centro, na Secretaria Municipal de Saúde, aos cuidados da fiscal Vanusa Urban.

5.2.3. HORÁRIO: O objeto deste Termo de Referência deverá ser entregue, em dias úteis, no horário das 8h às 11h e das 13h30min às 16h30min.

5.3. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.3.1. São obrigações do **MUNICÍPIO**:

a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com este Contrato e seus anexos;

b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Contrato e no Termo de Referência;

c) Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

Doe órgãos, doe sangue: **SALVE VIDAS!**

d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA**;

e) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

f) Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

g) Aplicar à **CONTRATADA** sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

h) Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria-Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela **CONTRATADA**;

i) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

i.1) A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

j) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela **CONTRATADA** no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

l) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, se houver.

m) Comunicar a **CONTRATADA** na hipótese de posterior alteração do projeto pelo **MUNICÍPIO**, no caso do art. 93, § 2º, da Lei nº 14.133/21.

5.3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5.4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.4.1. A **CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes no Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

a) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

b) Descarregar e acomodar os produtos/itens/materiais/ peças em local indicado no momento da realização da(s) entrega(s).

c) Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

Doe órgãos, doe sangue: **SALVE VIDAS!**

d) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

e) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a atuação da fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Município, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

f) Efetuar comunicação ao **MUNICÍPIO**, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do objeto no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

g) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

h) Quando não for possível a verificação da regularidade junto às fazendas públicas, a **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da Contratada;
- Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

i) Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **MUNICÍPIO**;

j) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

l) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **MUNICÍPIO** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto contratado.

m) Paralisar, por determinação do **MUNICÍPIO**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

n) Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

Doe órgãos, doe sangue: **SALVE VIDAS!**

o) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

p) Submeter previamente, por escrito, ao **MUNICÍPIO**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

q) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

r) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

s) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

t) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

u) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

v) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

x) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **MUNICÍPIO**.

5.5. DA SUBCONTRATAÇÃO

5.5.1. Não é permitida a subcontratação do objeto deste Termo de Referência.

VI - DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

6.1.1 O recebimento dos produtos será acompanhado e fiscalizado por servidor especialmente designado pela Secretaria solicitante da Prefeitura Municipal de Três de Maio – RS.

6.1.2. A fiscalização será exercida no interesse da Prefeitura Municipal de Três de Maio – RS e não exclui nem reduz a responsabilidade da Adjudicatária/Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

6.1.3. O Município se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os produtos entregues, se em desacordo com as especificações do objeto.

Doe órgãos, doe sangue: **SALVE VIDAS!**

6.1.4. Quaisquer exigências da Fiscalização do Contrato inerentes ao objeto do contrato deverão ser prontamente atendidas pela Contratada.

6.1.5. O licitante vencedor terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da convocação, para devolução, do contrato assinado.

6.1.6. A Adjudicatária/Contratada deverá fornecer produtos de boa qualidade, de acordo com as especificações constantes na Tabela (item 1.1. Objeto) deste Termo de Referência.

6.1.7. A Adjudicatária/Contratada responde, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados, à Administração e/ou terceiros, por seus empregados, dolosa ou culposamente, e deve comunicar imediatamente, por escrito, à Contratante, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional.

VII - DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. DA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

7.1.1. O objeto contratado será recebido provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.1.2. A entrega poderá ser rejeitada, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá de forma tácita 30 (trinta) dias corridos, após o recebimento provisório, após a verificação da qualidade do serviço executado e consequente aceitação.

7.1.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pelo fornecimento do objeto licitado, nem a ético-profissional pela perfeita execução deste objeto.

7.2. DO PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

7.2.1. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal detalhando o objeto fornecido, com o devido recebimento e a aprovação do fiscal do contrato, de acordo com o empenho, por meio de depósito bancário.

7.2.2. O pagamento somente será realizado em conta de pessoa jurídica, sendo vedado o depósito em conta pessoa física.

7.2.3. A **CONTRATADA** que não se enquadre como optante do Simples Nacional/MEI deverá observar as regras da IN RFB nº 1.234/2012 em todos os documentos fiscais emitidos para o Município de Três de Maio, inclusive quanto ao correto destaque do valor e da alíquota do IR a ser retido em observância a IN RFB nº 1.234/2012.

7.2.4. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2.5. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Doe órgãos, doe sangue: **SALVE VIDAS!**

7.2.6. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.2.7. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o **MUNICÍPIO** pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.2.8. Fica a **CONTRATADA** obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que ocorrer.

7.2.9. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.2.10. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.2.11. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

VIII - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. MODALIDADE, TIPO DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

8.1.1. Com base na natureza e nos valores estimados do objeto a ser contratado, a contratação será realizada por meio de licitação, nos termos do art. 28, I, da Lei Federal nº 14.133/2021, exclusiva à participação de empresas beneficiadas pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

8.1.2. Será selecionado o fornecedor que atender a todos os critérios de aceitabilidade de preços e de habilitação exigidos neste Termo de Referência, e o critério de julgamento a ser adotado será o menor preço.

8.2. CRITÉRIOS DE APRESENTAÇÃO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

8.2. A proposta de preço deverá conter as seguintes indicações:

- a) identificação do proponente (Razão Social/Nome e CNPJ/CPF).
- b) a proposta financeira deverá ser formulada, contendo indicação de marca, preço unitário por item, total por item e total geral, onde deverão estar incluídos, contabilizados e previstos todos os custos inerentes a execução do objeto,
- c) prazo de validade da proposta que deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias.
- d) apresentada a proposta, o proponente estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Termo de Referência.

8.3. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Para a prestação dos serviços/fornecimento de bens pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar todos os documentos a título de habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021, tais como:

Doe órgãos, doe sangue: **SALVE VIDAS!**

- Contrato Social ou Ato Constitutivo;
- Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Dívida Ativa da União;
- Certidão Negativa de Tributos Estaduais expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da Licitante;
- Certidão Negativa de Tributos Municipais do domicílio ou sede da Licitante;
- Regularidade para com o Sistema de Seguridade Social – INSS (CND), somente se as contribuições sociais não estiverem englobadas na Prova de Regularidade com a Fazenda Federal;
- Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (CRS);
- Regularidade perante a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT);
- Certidão Negativa de feitos sobre falência.
- Qualificação técnica: Prova de Licença de Fiscalização Sanitária, ou equivalente, expedido pela Vigilância Sanitária Municipal. Acaso não haja, deverá apresentar declaração do Poder Público local que comprove a não emissão deste documento.

IX – ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. ESTIMATIVA DE PREÇOS

9.1.1. O orçamento da Administração é sigiloso, com fundamento no art. 24 da Lei nº 14.133/2021, e no art. 22 do Decreto Municipal nº 135/2023, e será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

9.1.2. O valor de referência dos produtos foi fornecido com base nos preços que integram o processo administrativo nº 7.436/2025, referente a este pregão. Os produtos que deverão ser adquiridos e respectivas quantidades, foram estabelecidos de acordo com o Pedido Interno elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde, que também se encontra anexo ao supracitado processo.

X – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendida decorrerá das dotações orçamentárias:

2,121.3390.30 – FR 600.07 – EMENDA - INCREMENTO TEMPORÁRIO 2023/2 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA – Material de consumo

2,110.3390.30 – FR 600.12 – VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA - DEMAIS DESPESAS (EXCETO DESPESAS PISO) – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA – Material de consumo

2,106.3390.30 – FR 600.46 – TRANSFERÊNCIA EMENDA - CUSTEIO ATENÇÃO PRIMÁRIA 2025/6 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE – Material de consumo

Doe órgãos, doe sangue: **SALVE VIDAS!**

2,109.3390.30 – FR 600.13 – VIGILÂNCIA SANITÁRIA – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – Material de consumo

2,114.3390.30 – FR 500.1002 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS – DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE – MANUTENÇÃO DO CAPS – Material de consumo

2,104.3390.30 – FR 500.1002 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS – DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE SAÚDE – Material de consumo

2,124.3390.30 – FR 500.1002 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS – DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA UNIDADE CENTRAL DE SAÚDE – Material de consumo.

XI – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DAS PENALIDADES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado durante o certame;

11.1.2. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, e em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- d) deixar de apresentar amostra;
- e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.6. Fraudar a licitação;

11.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

11.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013;

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) advertência;

Doe órgãos, doe sangue: **SALVE VIDAS!**

- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar; e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida.
- b) as peculiaridades do caso concreto
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será aplicada em percentual incidente sobre o valor do contrato ou do objeto licitado, salvo disposição em contrário, e recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 1% do valor do objeto licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 5% (cinco por cento) do valor do objeto licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar poderá ser aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do município de Três de Maio.

11.10. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de

Doe órgãos, doe sangue: SALVE VIDAS!

processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

Três de Maio, 6 de novembro de 2025.

Vitor Nied Janner – Dirigente de Compras
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO

Tânia Mousquer Bernardi – Secretária Adjunta de Saúde
SECRETÁRIO RESPONSÁVEL

Doe órgãos, doe sangue: **SALVE VIDAS!**